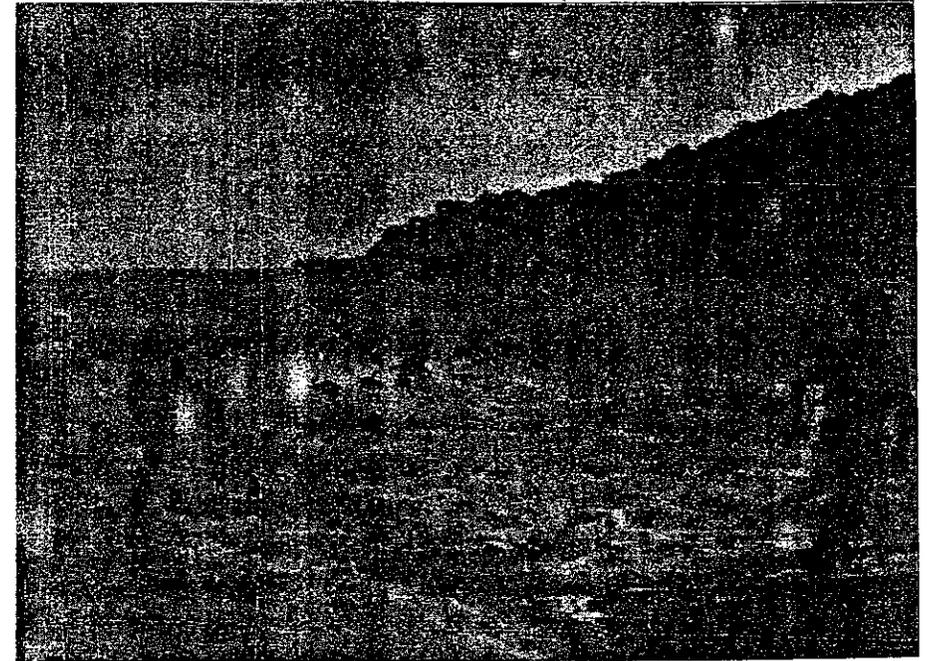


CEDI - P. I. B.  
DATA 25, 08, 86  
COD PND 01



ANAIS DO MUSEU DE ANTROPOLOGIA  
DA UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

REITOR: Professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz  
 VICE-REITOR: Professor Aquilles Amaury Córdova Santos  
 PRÓ-REITOR DE PESQUISA E EXTENSÃO: Professor Hamilton Savi

MUSEU DE ANTROPOLOGIA

DIRETORA: Prof<sup>a</sup> Neusa Maria Sens Bloemer

TÉCNICOS: Licenciado Gelcy José Coelho  
 Mestranda Teresa Domitila Fossari

SECRETÁRIO: Oldemar Peixoto Filho

ANAIS DO MUSEU DE ANTROPOLOGIA

EDITOR: Neusa Maria Sens Bloemer

SECRETÁRIO: Oldemar Peixoto Filho

Distribuição e correspondência:  
 Secretaria do Museu

CAPA: Pesca de arrastão  
 FOTO: Arquivo do Museu Universitário

ANAIS DO MUSEU DE ANTROPOLOGIA

1983

ANO XV FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 1984 Nº 16

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial .....	2
<b>ARTIGOS</b>	
Outras dimensões dos Pankarú de Pernambuco — uma situação de contato interétnico <i>Orlando Sampaio</i> .....	3
Mudanças demográficas no Posto Indígena Ibirama <i>Dennis Werner</i> .....	24
As Sociedades Indígenas e a expansão capitalista <i>Aneliense Nacke</i> .....	34
Roça, Pesca e Renda: trabalho feminino e reprodução familiar <i>Anamaria Beck, Claudia M<sup>a</sup> Costa, Eugenio Pascele Lacerda, João Carlos Torrens</i> .....	43
Trabalho e Lazer numa Localidade Pesqueira de Santa Catarina <i>Cleide M. C. P. de Albuquerque</i> .....	57
Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina e suas transformações <i>Elton Batista Rocha</i> .....	75
Os Mucker e o grupo étnico <i>M<sup>a</sup> Amélia Schmidt Dickie</i> .....	95
<b>RESENHA</b>	
A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim: um estudo do desenvolvimento econômico de Giralda Seyferth <i>M<sup>a</sup> Ignéz S. Paulilo</i> .....	106

Obo CEDI, nas pessoas dos con-  
legas e amigos Carlos Alberto e  
Domingues. Orlando

OUTRAS DIMENSÕES DOS PANKARÚ. 03/6/86  
DE PERNAMBUCO

— Uma Situação de Contato Interétnico

Orlando Sampaio Silva (\*)

EDITORIAL

Embora possamos afirmar que a Universidade Brasileira tem passado, no momento, por grandes dificuldades, contudo estas não impediram que, pelo menos uma parcela de pesquisadores, continue altamente motivada. Esta constatação pode ser feita pela qualidade dos trabalhos publicados neste número e por sua diversidade temática. São abordados aqui aspectos de sociedades indígenas, comunidades pesqueiras e minorias nacionais à luz das teorias antropológicas.

É bom saber que persiste, apesar das adversidades, a busca do entendimento da nossa realidade social. Melhor será se pudermos constatar que tais conhecimentos serão aplicados em benefício desta mesma sociedade.

Neusa M. Sens Bloemer  
Diretora

1 — ATIVIDADES ECONÔMICAS

Os Pankarú<sup>(1)</sup>, índios do sertão de Pernambuco, que vivem próximos à cachoeira de Itaparica, Rio São Francisco, têm sua economia assentada basicamente na agricultura, a qual também praticam com fins comerciais. Em sua reserva e áreas vizinhas se encontram as melhores terras agricultáveis do município de Petrolândia. Segundo o testemunho de Estevão (1943: 167), já na década de trinta esses índios eram principalmente agricultores<sup>(2)</sup>. Nos dias atuais, já se iniciam em um tênue criatório de gado.

Sendo a produção e a comercialização de gêneros agrícolas suas atividades econômicas principais, os Pankarú também atuam em outras áreas produtivas.

Sua produção artesanal é levada ao mercado consumidor além dos limites da reserva.

A caça, importante no passado tribal desse grupo, hoje se restringe a uma atividade secundária, que ocupa apenas alguns caçadores exclusivamente no período da entressafra. A alimentação do grupo não mais depende da caça — aliás, extremamente difícil na área, com suas raras matas e as caatingas quase despovoadas de animais.

A coleta vegetal sobrevive, certamente por ser praticada ritualisticamente.

A pesca é praticada esparsamente, não possuindo nenhuma importância na vida econômica dos Pankarú.

1.1 — PRODUÇÃO

1.1.1 — Agricultura e Produtos Derivados

A agricultura dos Pankarú é orientada para a produção, principalmente, de gêneros alimentícios. Verifica-se, também, a produção, em menor escala, em outras linhas, tais como, o sisal e o fumo.

(\*) UFPa, Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais da FESPSP. Pesquisador do CNPq.

(1) Também referidos na literatura antropológica e indigenista como Pankararú. A comunidade se autodenomina Pankarú.

(2) Estevão, C. — "O Ossuário da "Gruta-do-Padre", em Itaparica, e Algumas Notícias sobre remanescentes indígenas do Nordeste". Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943.

Os principais produtos são o milho, o feijão e a mandioca. Secundariamente, são produzidos: cana de açúcar, sisal, arroz, fumo, cebola, alho, coentro, gergelim, batata doce, macaxeira e mamona; no setor de fruticultura, produzem abóbora, pinha, manga, laranja, condessa, fruta-de-conde, mamão, coco, goiaba, limão, abacate, caju, jaca e coração-de-india. Cultivam, também, a garoba, o tomate, a palma (cacto) e o capim, destinando-se estes dois últimos produtos à alimentação do gado<sup>(3)</sup>.

A produção agrícola se destina ao consumo interno e à comercialização nas cidades mais próximas. Em geral, todos os índios Pankarú são agricultores. A reserva é auto-suficiente no que tange à agricultura de alimentos.

A produção agrícola é vendida *in natura*. Porém, algumas espécies são parcialmente transformadas na elaboração de subprodutos, mediante o emprego de técnicas simples. Nessa linha de beneficiamentos, são produzidos os seguintes gêneros:

- a) da *mandioca*: farinha torrada e polvilho. O polvilho é empregado na fabricação de beijú e carimã com a qual é preparado o bolo de fubá. Enquanto estes produtos se destinam ao consumo interno e à comercialização, outros, por serem integrantes exclusivamente da cozinha indígena, não são comercializados, como sejam a *quixabá* (preparada com o caldo da mandioca e polvilho) e a *umbuzada* (de caldo da mandioca e umbu);
- b) da *cana-de-açúcar*: rapadura, mel de cana, alfinim, tijolo e garapa, sendo esta não fermentada e fermentada (esta última é bebida cerimonialmente, por possuir poderes, que provocam sonhos);
- c) do *milho*: apenas o bolo, para uso interno na reserva;
- d) do *sisal*: a fibra, com a qual fabricam corda, espanadores e cabrestos;
- e) do *fumo*: o fumo de corda e cigarros de bucha fabricados com abades e que são comercializados em pacotes de dez unidades;
- f) da *garoba*: carvão, madeira para mourões e com a semente preparam forragem para a engorda do gado de corte e leiteiro.

#### 1.1.2 — Pecuária

O criatório de gado, ainda pequeno, destina-se ao consumo interno, à comercialização e à utilização dos animais como força motriz. Na reserva indígena há criatório de gado bovino, caprino, ovino, suíno, cavalari e equino.

O gado bovino se destina ao abate e à produção de leite, sendo este apenas para o uso interno.

O boi é vendido em pé. Já houve abate de boi no interior da reserva, destinando-se, então, à venda da carne verde e à preparação da carne do sol.

(3) Todos os produtos especificados neste texto se encontram registrados com os termos empregados pelos informantes indígenas, durante a pesquisa de campo realizada em duas expedições à reserva dos índios Pankarú, em setembro e dezembro de 1975, para a Companhia Hidrelétrica do São Francisco/HS.

Atualmente o abate está suspenso, por não ser compensador, informou o índio antigo responsável pelos abates. Quando o gado era abatido, os couros eram transformados em gibões de vaqueiros e em sandálias.

#### 1.1.3 — Artesanato

O artesanato dos Pankarú, de fins utilitários, parte do qual é destinado à comercialização fora da reserva<sup>(4)</sup>, desenvolve-se nas seguintes linhas de produção:

- c) *cerâmica*: telha, tijolo, pote, panela, prato, alguidar, tacho, cuscuzeiro, jarra e brinquedos (miniaturas de boi);
- b) de *cipó unha de gato*: caçuá e cestos de diferentes tamanhos e formatos;
- c) de *palha do ouricuri*: chapéu, vassoura e bolsas de diferentes tipos, entre os quais a "boca pio";
- d) de *madeira*: banca de três pernas (fabricada de umburana), colher de pau e gamela (de umburana); alguns índios são marceneiros e produzem, para a comercialização na reserva e no mercado externo, armários, mesas, camas, cadeiras, tamburetes, guarda-louças, petisqueiras, etc.;
- e) de *caroá*; corda;
- f) de *sisal*: corda, espanadores e cabrestos;
- g) de *couro de boi*: gibões de vaqueiro e sandálias.

Como se vê, a produção artesanal dos Pankarú é bastante diversificada e atende às necessidades de uso na comunidade indígena, além de ter grande aceitação nos mercados das cidades vizinhas, fator este que atua como um forte estímulo à produção.

#### 1.1.4 — Outros Ramos de Produção

A par dos ramos de produção acima relacionados, os Pankarú também são produtores em outros de menor importância econômica, em sua dinâmica social. Estes setores são os seguintes:

- a) *produtos granjeiros*: trata-se, na realidade, de "criatório de quintal", embora também se destine à venda externa; as famílias indígenas criam galinhas, perus, patos, galinhas de Angola; os ovos identicamente são comercializados;
- b) *caça*: atividade predominantemente sazonal, quase uma prática de lazer, na qual podem ser caçadas as seguintes espécies animais: diversas espécies de tatu, entre as quais o peba, veado, lagarto (destinado à venda da pele), gato maracajá (para a venda da pele), codorniz,

(4) O artesanato com fins cerimoniais foi objeto de apreciação no trabalho de nossa autoria "A Última Dimensão Indígena dos Pankarú de Itaparica, Pernambuco", in ANAIS DO MUSEU DE ANTROPOLOGIA DA UFSC, Nº 11, UFSC, Florianópolis, 1978.

codorna, nambu, siriema, asa branca, juriti, jacu, mocó cardineira, paturi, jibóia (para a venda da pele), onça (ainda possível de ser encontrada, muito embora cada vez mais raramente, destinando-se à venda da pele) e jacaré (para a venda da pele) encontrado à margem do rio São Francisco: dos produtos da caça, destinam-se à comercialização apenas as peles de alguns animais, acima referidos:

- c) *pesca*: como a caça, é praticada apenas na entressafra; os pescadores índios capturam as seguintes espécies de peixes: surubim, pintado, curimatã, dourado, pirá, todos pescados no rio São Francisco, procedendo-se à venda apenas quando ocorrem excedentes.

### 1.2 — Comercialização

A produção indígena é vendida a intermediários no interior da própria reserva ou, diretamente, nas feiras de Petrolândia, Paulo Afonso e Tacaratu. Caminhões de intermediários particulares percorrem as estradas carroçáveis existentes na reserva apanhando a produção dos índios.

São, principalmente, os pequenos produtores que vendem nas feiras, que se dedicam ao comércio retalhista. Os maiores produtores indígenas vendem aos intermediários, a grosso, na própria reserva, podendo, entretanto, também comparecer às feiras, para negociar sua produção no varejo.

Os intermediários pagam aos produtores Pankarú mediante duas modalidades comerciais: à vista ou após haverem revendido os gêneros adquiridos.

O maior dos produtores indígenas, além de comercializar sua produção nas formas acima descritas, também atua como intermediário, adquirindo a produção dos pequenos produtores índios. Aquele produtor possui transporte próprio<sup>(5)</sup>, um pequeno caminhão, no qual leva às feiras a parte de sua produção não vendida a outros intermediários não índios.

A pinha é exportada para os Estados do sul do país.

Na safra de 1975, o saco de 60 kg de feijão foi comercializado na feira, pelo produtor Pankarú, por preços que variaram de Cr\$ 190,00 a Cr\$ 200,00, enquanto que nas transações realizadas com os intermediários, no interior da reserva, o preço conseguido não foi além de Cr\$ 180,00. O saco de 60 kg de milho foi vendido na feira por Cr\$ 55,00, enquanto ao intermediário, na reserva, por Cr\$ 50,00.

Sendo o feijão e o milho os produtos mais expressivos dos agricultores Pankarú, é evidente que a interferência do intermediário é desvantajosa e espoliativa. Porém, os produtores indígenas, coletivamente e individualmente — salvo raras exceções — não dispõem de transporte próprio, para levar sua produção até às feiras, ficando, em consequência, sujeitos à transacioná-los com o intermediário, que se aproveita da situação.

(5) Além desse produtor, outro agricultor indígena, seu primo, também é proprietário de caminhão.

Os pequenos produtores varejistas levam a parte de sua reduzida produção, que não foi transacionada com o intermediário, às feiras, utilizando animais próprios ou pagando fretes em caminhões particulares, não raro dos intermediários.

### 1.3 — Tecnologia Agrícola<sup>(6)</sup>

Não usam adubos e fertilizantes. Roçam o mato, em seguida passam o rastelo e depois o terreno é arado. O rastelo é fabricado de madeira pelos próprios produtores agrícolas. O "ciscador" risca a terra, puxa o mato, que é queimado a seguir, para a limpeza do terreno. O "ciscador" funciona como um ancinho. O arado é puxado por uma parelha de touros ou de bois. Passado o arado, é plantado o milho, no mês de abril. A partir de 1º de maio a terra é repassada com o "cultivador", um aparelho semelhante a um arado, com três lâminas, que é puxado por animal. A seguir, são "regrados" os pés de milho, ou seja, os trabalhadores limpam a plantação com o uso de enxadas. O passo seguinte é o plantio de feijão com o emprego de máquina manual, o que ocorre na primeira semana de maio. Depois de 18 a 20 dias é feito o "xexado", ou seja, a limpeza do feijão, seguida da colocação de terra no pé do feijoeiro. Esta é a única realizada no feijão e no milharal. O milho também é "xexado" nessa mesma ocasião.

A colheita do feijão se realiza em agosto. Uma hora depois de colhido, o feijão é batido com cassetes, para sair da casca, sendo depois sacudido, se houver vento, para tirar a sujeira (cascas, talos). Depois é peneirado e por último é sacudido outra vez. Então é medida a produção com o uso do "salaminho" ou cuia, recipiente que comporta 10 kg de feijão.

As espigas de milho são quebradas durante o mês de setembro. As espigas são batidas no salão da casa com cassetes, para o milho soltar das espigas, ou, são debulhadas à máquina, conforme o produtor tenha ou não a debulhadeira. A máquina produz 20 sacos por dia empregando três trabalhadores. Sendo batido, três trabalhadores produzem no máximo 15 sacas por dia e depois os "cabocos" ainda têm que tirar os caroços que sobram nas espigas. É procedida à medida com o "salaminho" a seguir, para o ensacamento, em sacas de nylon.

Para o plantio da mandioca, a seqüência técnica dos trabalhos é a seguinte: roçam o terreno, "ciscam", queimam o mato cortado e aram. Então, os trabalhadores abrem as covas e, em junho e julho é realizado o plantio, portanto, após a colheita de feijão e do milho. Um mês depois, é procedida à limpeza do terreno com o uso do "bico de pato" puxado por um cavalo. Não havendo "bico de pato", o serviço tem que ser feito por muitos trabalhadores. Para manusear o "bico de pato" bastam três homens. Em um ano são proce-

(6) Descrição baseada no depoimento do maior produtor índio da reserva Pankararú, Manuel Barros de Carvalho (Neco).

didadas seis limpezas do terreno e em cada vez é realizada a limpeza do pé da maniva com o uso de enxada ("xexada"). Um ano depois, as raízes são colhidas.

As técnicas empregadas no feijoad, milharal, mandiocal acima descritas são claros indicadores de que os agricultores Pankarú são sensíveis a mudanças tecnológicas, incorporando formas mais avançadas no trato da terra, para a agricultura. Convém que se considere, entretanto, que apenas uma minoria de agricultores Pankarú já atingiu essas melhorias técnicas. A maior parte dos produtores não tem condições econômicas para adquirir a aparelhagem agrícola necessária àquele avanço técnico, que propicia melhor rendimento no trabalho e maior volume de produção. Aquela maioria de produtores conserva as técnicas tradicionais e simples, em que a terra é trabalhada apenas com o uso da enxada.

Raros índios são donos de casas de farinha, que utilizam na produção de sua farinha e arrendam a outros produtores que não têm esse instrumental de produção. O acordo do arrendamento estabelece que, por cuia ("salaminho") de farinha produzida, dois litros de farinha pertencem ao dono da casa, tendo cada cuia 10 litros de farinha. Se a casa de farinha não tem motor, sendo, portanto, a roda movida por trabalhadores, então a remuneração do dono da casa é de apenas um litro por cada cuia produzida. Na safra de 1975, o preço do salaminho esteve a Cr\$ 12,00 na venda ao intermediário no interior da reserva, e Cr\$ 15,00 a Cr\$ 16,00 na venda procedida na feira.

Os produtores Pankarú empregam, na alimentação do gado — conforme já foi referido anteriormente —, a forragem da semente de garoba, a palma cortada e o capim.

Segundo os informantes, as técnicas mais avançadas empregadas na agricultura apenas por uma minoria de índios são exatamente iguais às técnicas utilizadas no cultivo da terra pelos produtores não indígenas da região, inclusive, pelos posseiros que ocupam parte da reserva dos Pankarú. A diferença, segundo eles, é que todos os posseiros já atingiram esse avanço tecnológico.

No interior da reserva não há irrigação.

Os produtores indígenas, à exceção dos três maiores produtores, não utilizam tratores em seus roçados. Aqueles três maiores produtores alugam os tratores, que empregam em suas terras, ou seja, nas áreas de terras da reserva que lhes cabe. Os posseiros invasores têm tido mais oportunidade de utilizar tratores, mediante a manipulação de lideranças políticas dos municípios vizinhos, conforme informam os entrevistados indígenas, os quais se queixam da omissão do Posto Indígena da FUNAI nesse setor. Por isso que o trabalho dos Pankarú, em seus roçados, é sazonal.

#### 1.4 — Mão-de-obra Empregada

A mão-de-obra empregada nos roçados Pankarú é a familiar (pai, mãe,

filhos de ambos os sexos). Nos momentos de maior necessidade de braços, são convocados parentes mais próximos, tais como irmãos, primos, que se reúnem em mutirão familiar. Nessas ocasiões há uma festa, diz um dos informantes. Havendo necessidade, efetiva-se a contratação de outros trabalhadores índios de fora do grupo familiar extenso.

Há índios, que, por serem pequenos produtores, necessitam empregar-se nos roçados de outros índios, a fim de poderem manter suas famílias. Informam que o estado de pobreza desses índios decorre da má qualidade de suas terras determinando baixa produtividade na agricultura<sup>(7)</sup>. Registrou-se, também, que trabalhadores índios são empregados por posseiros produtores dentro da reserva, o que configura uma situação paradoxal, na qual o índio Pankarú é utilizado como força de trabalho por produtores "civilizados", no interior de sua própria reserva.

O "patrão" índio pagava, quando foi desenvolvida a pesquisa de campo, ao trabalhador índio, uma diária de Cr\$ 10,00 mais almoço, jantar e rapadura, no verão (estação seca), e, Cr\$ 20,00 com refeições, no inverno (estação chuvosa).

O plantio do roçado também se efetiva mediante acordos de parceria, sendo empregado o sistema de meia. O agricultor mais capitalizado entra com a terra e/ou com os implementos agrícolas, enquanto o trabalhador oferece seu trabalho. Cada família indígena, no interior da reserva, não sendo proprietária da terra, de vez que esta pertence ao patrimônio da União<sup>(8)</sup>, tem, no entanto, uma porção de terra tradicionalmente pertencente a seu grupo familiar, na qual faz seu roçado. Há os que têm duas e até três áreas cultivadas, fato que é aceito pela comunidade indígena, dada a sua ancestralidade.

#### 1.5 — Impostos — Financiamento — Cooperativa

Os Pankarú estão isentos de qualquer contribuição fiscal, mesmo sendo produtores e comerciantes<sup>(9)</sup>. Esse privilégio decorre de sua condição de tutelados da União, sob a proteção legal da FUNAI (Art. 60, do Estatuto do Índio).

No que tange a financiamentos bancários, a situação dos Pankarú é desvantajosa, de vez que, não sendo proprietários das terras em que trabalham e vivem, não podem oferecer garantias reais a agências financeiras. Os produtores mais expressivos entre estes índios se queixam dessa situação, que lhes impede de adquirir maquinaria agrícola tecnologicamente mais avançada do que a simples de que dispõem.

(7) Os informantes asseveram que há grandes variações na qualidade das terras da reserva. Exemplificam: no Brejo dos Padres um "salaminho" (10 kg) apenas produz 1 saco de feijão de 60 kg, enquanto na Marreca (área ocupada por posseiros), produz 5 sacos.

(8) Inciso IV, do Art. 4º, da Constituição da República Federativa do Brasil (Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969).

(9) Conforme confirmaram um fiscal da Coletoria de Rendas e o chefe do P.I. da FUNAI.

A cooperativa de produtores de Tacaratu, da qual vários produtores índios foram cooperados e alguns ainda são, antes, realizava financiamentos aos agricultores. Porém — dizem os informantes —, atualmente, estes financiamentos são muito difíceis e nunca são liberados na época do plantio, o que levou grande parte dos cooperados a abandonar a cooperativa. É de fácil percepção que uma cooperativa de produção e comercialização bem organizada e tecnicamente orientada poderia prestar a essa comunidade de produtores agrícolas indígenas os serviços e a assistência de que se ressentem. Este seria um importante objeto para um projeto de desenvolvimento comunitário a ser implementado em meio a essa população indígena.

Em conclusão, constata-se que os Pankarú superaram a fase de uma economia tipicamente tribal, de vez que se tornaram agricultores em padrões em tudo semelhantes aos dos produtores agrícolas não índios da região. Sua agricultura é orientada para a produção de excedentes, que se destinam à comercialização em transações realizadas com a sociedade envolvente. Desta participam, na dimensão econômica, em condições quase indiferenciadas dos demais produtores e comerciantes sertanejos não índios da área, no setor agrícola. Estão abertos à adoção de mudanças modernizadoras, tais como a tecnologia agrícola mais avançada, o crédito bancário e o cooperativismo.

## 2 — TERRITÓRIO INDÍGENA

A criação da reserva dos Pankarú remonta ao Segundo Império. Foi demarcada pelo Ministério da Agricultura em 1940. As medidas da superfície da reserva partem de um marco principal localizado no interior do cemitério no Brejo dos Padres. A partir desse ponto, a reserva tem 3 km na direção norte, 3 km na direção leste, 6 km na direção sul e 6 km na direção oeste, ou seja, no rumo do rio São Francisco, formando um quadrado de 81 km<sup>2</sup>.

Esta reserva, entretanto, não é ocupada mansa e pacificamente por esta comunidade indígena. Um terço deste território indígena está ocupado por invasores posseiros, que há décadas aí se encontram, caracterizando-se, nessa área, uma situação de "fricção interétnica", nos termos em que situações deste tipo foram conceituadas por Oliveira<sup>(10)</sup>.

A lide judiciária entre invasores e invadidos, estes representados pela Fundação Nacional do Índio, arrasta-se, através de todas as instâncias do Poder Judiciário, sem que nenhuma sentença final faça justiça. Os invasores ampliam sua área de ocupação, reduzindo e comprimindo ainda mais os produtores indígenas, que se vêem premidos, em muitos casos, a abandonar seu território, para emigrar preponderantemente para São Paulo. Neste Estado, algumas famílias Pankarú vivem na favela do Morumbi; outras, na periferia do município da capital, próximo dos limites com Taboão da Serra. Engrossam as hostes dos serventes na construção civil, dos subempregados, de raros

(10) Oliveira, R. Cardoso de — "O Índio e o Mundo dos Brancos"; 1964: 13-30.

pequenos comerciantes e, o que é mais grave, dos desempregados. Alguns se fixaram definitivamente em São Paulo; outros retornam sazonalmente ao território indígena, em Itaparica.

## 3 — SITUAÇÃO DE CONTATO INTERÉTNICO

### 3.1 — *Inserção em Sistema Interétnico*

Os Pankarú, apesar de viverem em reserva indígena, estão em contato permanente com a sociedade nacional, com a qual mantêm relações sociais e econômicas intensas. Todos os integrantes da comunidade falam exclusivamente a língua portuguesa. Como produtores agrícolas, comercializam sua produção em transações diretas, ou seja, sem a intermediação da FUNAI. Os negócios são realizados com o consumidor ou com intermediários, nas feiras dos núcleos urbanos mais próximos (Petrolândia, Paulo Afonso e Tacaratu) e no interior da reserva indígena. Suas transações comerciais se realizam a dinheiro. A produção de pinha é vendida para cidades do sul do país. Há, portanto, uma integração econômica dos Pankarú na sociedade nacional, na qual figuram lado a lado com os produtores não indígenas, em condições semelhantes, sem obstáculos e sem restrições<sup>(11)</sup>. Para esta participação, a quando da pesquisa, não contavam com qualquer assistência do órgão tutelar. É bem provável que, em decorrência dessa omissão institucional, esse grupo indígena enfronte barreiras para a consecussão de seus projetos nas áreas do avanço tecnológico na produção agrícola, do ~~critério~~ agrícola, do cooperativismo (que propiciaria maior integração interna da comunidade e maior proteção aos produtores nos contatos com a sociedade dominante), da comercialização e do transporte. É nestes últimos setores que os produtores Pankarú são espoliados pelos intermediários, que adquirem parte de sua produção no interior da reserva e que se beneficiam com a diferença de preços obtida na revenda e com os fretes cobrados ao transportarem o restante da produção indígena até as feiras.

Havendo duas escolas em funcionamento no interior da reserva, com turmas até o 4º ano do primeiro grau, as novas gerações indígenas se alfabetizam. Alguns índios estudam em escolas de 1º grau e do 2º grau, neste último caso, no Curso de Formação de Professores Primários, nas cidades de Tacaratu e de Petrolândia.

Presentemente, muitos índios são eleitores<sup>(12)</sup>.

Os jovens de 18 anos com frequência prestam serviço militar na cidade de Paulo Afonso, no Estado da Bahia.

(11) Presenciamos os produtores Pankarú nas feiras de Petrolândia e de Tacaratu, no Estado de Pernambuco, comercializando seus produtos.

(12) Anos depois de termos realizado a pesquisa de campo, na reserva Pankarú e cidades vizinhas, foi eleito vereador à Câmara de Vereadores de Petrolândia, um dos líderes daquela comunidade indígena, que havia sido nosso informante, em 1975.

Entrevistamos um índio e uma índia Pankarú funcionários públicos federais há quase trinta anos. São antigos funcionários do Ministério da Agricultura, no momento aguardando suas aposentadorias. Prestaram serviço ao antigo Serviço de Proteção aos Índios, depois, à FUNAI, encontrando-se um dos servidores agora à disposição da Prefeitura de Petrolândia e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia.

Um índio Pankarú é funcionário da SUVALE, enquanto dois outros são parceiros no projeto de colonização, que esse órgão federal implementa em convênio com a SUDENE, no município de Petrolândia.

Alguns índios idosos, de ambos os sexos, obtiveram aposentadorias, através do FUNRURAL.

Conjuntos musicais indígenas são contratados para tocar nas festas dos santos padroeiros, nos núcleos urbanos vizinhos, para os quais levam seus pifanos e seus zabumbas.

Este grupo indígena, localizado em uma reserva sob a administração da FUNAI, não se tem defrontado em situações conflituosas com a sociedade envolvente, fora da reserva. A região em que vivem esses índios se caracteriza pela presença de uma paisagem natural dominada pela caatinga, vegetação típica do sertão nordestino, e, neste cenário, além dos limites da reserva, distribuem-se os sertanejos pequenos proprietários, pequenos fazendeiros e os sem terra, posseiros. Ao contrário do que ocorre em outras regiões do país, não há fazendeiros invadindo o território indígena. Os posseiros que ocupam um terço da reserva aí penetraram há muitos anos, o que lhes faz atribuir-se direitos sobre a área ocupada. O problema social é grave. Os índios necessitam e têm direito as suas terras. Os posseiros precisam de terra para viver. O confronto se estabelece no interior da reserva, insolúvel e provocando vítimas. A "fricção" se estabelece entre personagens sociais que, de uma ou de outra forma, são marginais ao sistema de poder e de decisão, que é gerido pelas camadas superiores da sociedade dominante. As personagens envolvidas no interior do sistema interétnico são todas vítimas e marginalizadas.

Por último, os Pankarú vêm de se defrontar com a construção da Hidrelétrica de Itaparica, às proximidades de seu território, nas corredeiras de Itaparica. O canteiro de obras, a parafernália de máquinas e materiais de construção, a movimentação de centenas de trabalhadores de todos os níveis, caminhões, etc. se implantou e se agita na área contígua à reserva<sup>(13)</sup>

### 3.2 — Utilização da Mão-de-obra Indígena

O trabalhador indígena é empregado por diversos escalões da sociedade nacional.

(13) Sobre a construção da Hidrelétrica de Itaparica e suas repercussões sobre a sociedade indígena Pankarú, consultar o trabalho de nossa autoria: "O Índio Perante o Direito", in "O Índio Perante o Direito (Ensaio)", Sílvio Coelho dos Santos (Organizador), 1982: 39-50.

### 3.2.1 — Na Agricultura

Alguns índios têm optado por se engajar como mão-de-obra em terras de agricultores não índios, por se julgarem pobres e sem capacidade econômica e técnica para produzir em suas terras, que consideram de má qualidade. Essa experiência tem sido feita principalmente por índios jovens. Os mais velhos sempre plantam seus roçados e quando trabalham em terras de não índios o fazem na entressafra.

Os que plantam seus roçados garantem sua alimentação e de suas famílias, durante a entressafra. Os que não plantam tendem a permanecer na condição de trabalhadores assalariados, nas terras dos "brancos" e, até mesmo, nas terras da reserva indígena, na porção ocupada por posseiros.

Nessas condições, o trabalhador índio é remunerado pelo patrão nacional a Cr\$ 12,00 a jornada com refeições e, a Cr\$ 15,00 sem refeições com direito apenas à água. Se for mulher a remuneração é de Cr\$ 5,00 ou Cr\$ 6,00 com refeições e Cr\$ 7,00 ou Cr\$ 8,00 sem refeições, em uma gritante injustiça e ilegalidade<sup>(14)</sup>.

Outra situação paradoxal ocorrente nessa área é que tem havido casos de arrendamentos de terras da reserva feitos por posseiros invasores não índios aos índios. Estes plantam e pagam 10% da produção ao posseiro<sup>(15)</sup>.

Alguns índios são contratados por fazendeiros da área circunjacente à reserva, para realizar determinados serviços nos quais são considerados especialistas, tais como o amansamento de animais e a torração de farinha de mandioca. Ora são contratados como braçais, para o levantamento de cercas, a construção de açúdes, etc.

### 3.2.2 — Em Centros Urbanos

Pedreiros e marceneiros Pankarú, além de empregarem sua força-de-trabalho na área rural, inclusive na reserva, são, com freqüência, solicitados a trabalhar nas sedes dos municípios vizinhos (Tacaratu, Petrolândia, Paulo Afonso).

Firmas empreiteiras de Paulo Afonso contratam trabalhadores índios, para a realização de serviços diversos, entre os quais, desmatamentos. Naquela cidade, alguns Pankarú trabalham como motoristas, outros, como guardas de segurança e ainda outros, como auxiliares na montagem de torres para redes de eletricidade.

Em Petrolândia, a firma HS contratou oito Pankarú, que trabalham no serviço de topografia, no setor de solos (laboratório) e como motorista. Todos são mensalistas. A firma Geo-Top, de topografia, que trabalha no Projeto da

(14) Informações que foram prestadas pelos informantes índios Manoel Barros de Carvalho e Francisco Alves da Silva, durante a pesquisa de campo.

(15) O problema dos posseiros ainda será objeto de abordagem em item posterior.

Hidrelétrica de Itaparica como subcontratada, tem mais de vinte índios Pankarú contratados.

Há vários anos vem ocorrendo a migração de índios Pankarú para grandes centros urbanos, principalmente, para São Paulo, conforme já foi referido anteriormente. Em setembro de 1975, encontravam-se em São Paulo de 100 a 200 índios trabalhando, predominantemente, no setor de construção civil. O Posto Pankararú da FUNAI não tem o controle e o registro dos índios que se encontram em São Paulo. Já naquele tempo, alguns dos imigrantes tendiam a fixar-se em São Paulo, outros migravam sazonalmente, nas entressafras, retornando às suas terras na reserva, para os períodos das safras.

A grande maioria dos Pankarú emigrados para São Paulo se encontram engrossando a população marginalizada e favelada existente nesse grande centro urbano, que não incorpora essa população indígena do Nordeste em condições de trabalho e de habitabilidade mais humanas.

### 3.3 — A Presença da FUNAI

A responsabilidade imediata pela proteção dos Pankarú, enquanto uma população indígena, que integra um sistema interétnico, cabe à Fundação Nacional do Índio, através do Posto Indígena Pankararú instalado no interior da reserva indígena e responsável por sua administração.

No quadro funcional do P.I., há um chefe de Posto, uma auxiliar substituta do chefe (justamente a índia antiga funcionária do Ministério da Agricultura, referida anteriormente), uma atendente de enfermagem (esta também índia) e as professoras das duas escolas em funcionamento.

A assistente de enfermagem é responsável pelo funcionamento do ambulatório e da "farmácia padrão". A "farmácia padrão" contém medicamentos fornecidos pela CEME, complementados com outros remédios adquiridos diretamente pela própria FUNAI, para formar o estoque de medicamentos necessário ao atendimento dos índios.

Segundo informações do P.I. Pankararú, em agosto de 1975, o ambulatório atendeu 212 índios na sede do Posto Indígena, enquanto 32 casos foram encaminhados ao ambulatório do FUNRURAL, na cidade de Petrolândia, sendo estes últimos para consultas médicas. Foi encaminhado, também, a este último ambulatório, um caso para atendimento dentário; foram realizados 68 socorros de urgência e visitas domiciliares pela atendente, no interior da reserva.

Na sede do Posto, no Brejo dos Padres, há uma escola denominada Escola Primária Indígena "Dr. Carlos Estevão". Nesse estabelecimento trabalham três professoras com formação em curso pedagógico. Em agosto de 1975, era o seguinte o quadro de matrícula nessa escola:

Escola Primária Indígena "Dr. Carlos Estevão"  
Matrícula por sexo  
— Agosto de 1975 —

SÉRIE	MATRÍCULA		
	M.	F.	TOTAL
1ª	27	33	60
2ª	7	13	20
3ª	14	15	29
4ª	19	18	37
TOTAL	67	79	146

Fonte: P.I. Pankararú, da FUNAI.

Na Serrinha, também no interior da reserva, encontra-se instalada a Escola Primária Indígena "Marechal Cândido Rondon", com duas professoras de nível de curso pedagógico, em exercício, sendo uma contratada pela FUNAI e a outra, pela Prefeitura de Tacaratu. A matrícula nessa escola apresentava a seguinte configuração:

Escola Primária Indígena "Marechal Cândido Rondon"  
Matrícula por sexo  
— Agosto de 1975 —

SÉRIE	MATRÍCULA		
	M.	F.	TOTAL
1ª	13	15	28
2ª	12	13	25
3ª	5	8	13
4ª	7	11	18
TOTAL	37	52	84

Fonte: P.I. Pankararú, da FUNAI.

Estes dados fazem ressaltar a expressiva predominância do elemento feminino sendo escolarizado e a evasão caracterizando curvas descendentes da primeira à quarta séries, fatos que, de resto, situam estes aspectos do setor educacional entre os Pankarú em situação de grande semelhança com o que ocorre na sociedade global brasileira.

Além da ação meramente assistencial do Posto Indígena, nas áreas da saúde e da instrução, esse órgão procura dar um mínimo de atendimento técnico à agricultura dos Pankarú. Assim é que o Posto possui cinco cabeças de gado bovino (4 novilhas e 1 boi) os quais são usadas para puxar arado, em empréstimo aos produtores índios, podendo ficar com cada um até no máximo 15 dias consecutivos. O Posto também tem um muiar utilizado no serviço de transporte da própria administração<sup>(16)</sup>.

São exclusivamente estas as ações práticas do P.I. da FUNAI entre os Pankarú. O grave problema social relacionado com a presença de posseiros no interior da reserva está afeto ao setor jurídico da Delegacia da FUNAI, em Recife.

### 3.4 — Posseiros no Interior da Reserva Pankarú

Na própria reserva indígena dos Pankarú, conforme já foi referido, habitam famílias de posseiros, que mantêm com a FUNAI uma pendência judiciária, tendo por objeto a porção de terra da reserva, que ocupam. Os informantes índios e não índios, inclusive o chefe do Posto Indígena, não souberam precisar o número de posseiros invasores da reserva<sup>(17)</sup>.

Desde a invasão, têm ocorrido desentendimentos entre os posseiros e os índios, em consequência dos quais foram registradas mortes nas famílias de posseiros. Evidencia-se, nesta situação de "fricção interétnica", a presença, vis-à-vis, do índio Pankarú *caboclicado* e do posseiro invasor e sertanejo não índio. Se bem que eles, enquanto trabalhadores rurais, ocupem posições próximas no âmbito da sociedade de classes, em seu segmento rural nordestino (ou, melhor dizendo, sertanejo e pernambucano), seus interesses, na luta pela sobrevivência biológica e, conseqüentemente, para assegurar a terra em que possam produzir, no mínimo, no nível de sua subsistência, seus interesses, repetimos, são contraditórios, opõem-se. O posseiro invasor aparece nesse cenário social em situação assemelhada à encontrada por Oliveira (1964: 27)<sup>(18)</sup>, ao estudar os índios Tükúna, onde identificou "o caso dos seringueiros colocados na difícil situação: estar entre o índio e o seringalista". Em Itaparica, o posseiro encontra-se entre o índio e o fazendeiro proprietário de terras.

Os posseiros se dividiram em dois grupos: um, mais numeroso, contrário aos índios e o outro, menor, favorável aos Pankarú. A ambos os grupos, uma pequena minoria de índios está ligada por laços de casamentos. O grupo oponente aos índios exige mais espaço para si, no interior da reserva e, para a consecussão deste objetivo, dispõe-se ao uso da violência. O outro grupo deseja a convivência pacífica com os índios, através de mecanismos de aco-

(16) Cf. o chefe do P.I. Pankararú.

(17) Consideramos da maior importância e necessidade a realização de estudos sociológicos tendo por objeto os posseiros localizados na reserva dos Pankarú.

(18) Op. cit. \*

modação. Os dois grupos de posseiros entraram em conflito violento, do qual resultaram mortes de pessoas integrantes de ambas as cliques, não envolvendo, porém, diretamente, os índios. Estes não tiveram nenhuma baixa.

A tensão entre índios e posseiros atingiu sua fase crítica em maio de 1966, quando, segundo os informantes índios, os posseiros invadiram terras tradicionalmente ocupadas pelos Pankarú, ampliando a invasão do território da reserva. Neste período, faziam ameaças de violências contra os índios, impediam a passagem dos mesmos e de suas mercadorias pelos territórios por eles (os posseiros) ocupados.

Ante a intervenção da Polícia Federal, cuja presença foi solicitada pelo representante do órgão tutelar e por um dos líderes indígenas, os posseiros retornaram aos seus antigos limites dentro do território reservado, e, face à coação sofrida, os conflitos foram, então, superados. A quando da realização da pesquisa de campo, reinava a paz entre as partes litigantes. Porém, sob a tranquilidade que pairava na superfície do convívio entre índios e posseiros, estavam latentes antigos ressentimentos, que poderiam emergir de forma explosiva e violenta<sup>(19)</sup>.

Os indígenas reivindicam para seu uso a totalidade das terras da reserva. O processo judicial ainda não esgotou todas as possibilidades de recursos e embargos, não tendo sido executada ainda qualquer sentença.

As "vilas" em que os posseiros residem e praticam a agricultura, na reserva dos Pankarú, são as seguintes: Bem Querer de Cima, Bem Querer de Baixo, Cacheado, Caldeirão, Brejinho de Fora, Lameirão e Marreca. Destas pelo menos três vilas eram mistas, pois nelas habitam, face a face, posseiros e indígenas (Bem Querer de Cima, Fazenda Caldeirão e Marreca)<sup>(20)</sup>.

### 3.5 — A Barragem de Itaparica

Em 1981, em outro trabalho, assim nos pronunciamos sobre a construção da hidrelétrica de Itaparica, no rio São Francisco<sup>(21)</sup>:

Justo às proximidades da reserva dos Pankararú está sendo construída a Hidrelétrica de Itaparica. A reserva está a salvo das águas da inundação, quando o lago for formado. Porém, o acampamento de obras ergue-se vizinho à reserva e, provavelmente, após a conclusão das obras da usina, nele estará instalada a cidade de Petrolândia, um dos diversos núcleos urbanos que serão inundados inteiramente.

(19) Os marcos de cimento e pedra, que delimitam a reserva Pankarú, desde a demarcação em 1940, foram parcialmente destruídos. Alguns líderes indígenas mostraram-nos marcos preservados, no setor da reserva ocupado pelo grupo indígena, e marcos destruídos, na área de ocupação dos posseiros, sendo estes acusados por aqueles de terem sido os autores das demolições.

(20) Anos depois de termos estado entre os Pankarú, de Itaparica, alguns desses índios residentes em São Paulo informaram-nos que os posseiros passaram a ocupar inteiramente estas 3 "vilas", excluindo das mesmas as famílias indígenas, que nelas moravam.

(21) Publicado em 1982, op. cit.: 47.

Dessa forma, os Pankararú, que hoje vivem em uma reserva encravada no sertão pernambucano, terão que conviver com uma cidade contígua aos limites de sua reserva, o que propiciará profundas mudanças na maneira de viver desses índios.

Ante a inevitabilidade da execução dos grandes projetos da sociedade nacional, impõe-se a ação preventiva em favor da comunidade indígena, para tentar evitar o agravamento do problema das terras da reserva (que de repente se valorizarão e atrairão mais invasores) e, de alguma forma, levar àqueles produtores indígenas algum benefício no âmbito da comercialização dos produtos agrícolas, bem como no educacional, já que eles desejam mais escolaridade para seus filhos. A contaminação da comunidade indígena com os problemas comuns nos centros urbanos — alcoolismo, prostituição, criminalidade, etc. —, já que terão que conviver com a cidade de forma mais contínua, apenas será evitada mediante um trabalho preventivo e permanente de desenvolvimento comunitário, com a ampla participação do grupo.

O novo traçado da rodovia que substituirá a atual Paulo Afonso-Petrobrás, no trecho a ser eliminado pela inundação, não deveria cortar a reserva Pankararú. Além de ser uma questão de Direito, a passagem da estrada pelo interior da reserva levaria consigo o interesse pelas terras marginais, ampliando os problemas de terra atuais desses índios, trazendo-lhes grave problema social.

A comunidade dos Pankarú não está integrada, em termos conceituais, à sociedade nacional, mas com ela mantém relações econômicas e sociais em caráter permanente<sup>(22)</sup>. Com a FUNAI, em particular, participa de relações de proteção, dada a sua condição de tutelados do Estado, ainda que o órgão tutor comporte-se de forma acentuadamente omissa, no que diz respeito a esse grupo.

Os Pankarú têm nítida consciência de seus direitos territoriais sobre a área da reserva. Eles aspiram ascender a um nível tecnológico e econômico, que lhes permita tornar-se produtores agrícolas mais expressivos no contexto social mais amplo, no âmbito da sociedade nacional em que se inserem como agricultores.

Os dados analisados são indicadores do grau de participação dos Pankarú no contexto social nacional. Eles dão bem a medida do processo em andamento. Porém, apesar da proximidade social dos Pankarú da sociedade nacional, em seu segmento local, e de sua participação em expressivos padrões culturais do nosso povo, eles mantêm ainda, em acentuado estado de pureza, sua mitologia e muitos de seus rituais, conforme vimos em trabalho publicado

(22) Sobre os conceitos de integração e de contato permanente, consultar Ribeiro, D. — "Línguas e Culturas Indígenas do Brasil", 1957.

anteriormente (op. cit., 1978). Quatro séculos de contato (cf. Estevão, op. cit., 1943: 159) com o "mundo dos brancos" (para usar a expressão de Oliveira, op. cit., 1964) não conseguiram apagar totalmente a auto-identificação étnica indígena dos Pankarú.

## ANEXO

### — Um Ritual Pankarú

"Longe de ser, como se tem afirmado muitas vezes, a obra de uma "função fabuladora" que dê as costas à realidade, os mitos e os ritos oferecem, como valor principal, ter preservado, até a nossa época, de uma forma residual, modos de observação e de reflexão que foram (e continuam sem dúvida) exatamente adaptados a descobertas de um certo tipo: as que a natureza autorizava, a partir da organização e da exploração especulativas do mundo sensível em termos de sensível". (Lévi-Strauss, C. — 1970: 37)<sup>(23)</sup>

### Festa do Umbu<sup>(24)</sup>

"Começa quando é achado o primeiro umbu maduro. A pessoa que acha leva ao pajé ou ao cacique. Isto ocorre em dezembro ou mais frequentemente em janeiro. Então, o pajé (ou o cacique) convida várias pessoas para o flechamento do umbu, que pode ser no mesmo dia, se der tempo, ou no dia seguinte. O pajé (ou o cacique) flecha o umbu junto com outros colegas. Para o flechamento do umbu, este é colocado em um saquinho, que fica preso a um pau, que por sua vez é apoiado em duas forquilhas. Então é flechado.

"O primeiro umbu maduro é flechado para, através de um encanto, os demais umbus ficarem sadios, não apodrecerem. É um encanto de índio. Após flecharem o umbu, há uma dança com a participação dos Praiás.

"Em fevereiro os umbus já estão todos maduros. Então, se realiza a corrida do umbu. Homens e mulheres<sup>(25)</sup> se reúnem e vão procurar os umbus. Juntam diversos balaíos de umbus no mato.

"Aí os balaíos são enfeitados com diversos objetos, como seja, o abacaxi, a laranja, a rapadura, lata de doce (comprada fora), garrafa de vinho (comprada fora), pinha, caju, queijo de qualho e tudo é enfeitado.

"Prontos, os cestos são levados ao "poró", lugar proibido à entrada de outras pessoas que não estejam participando do grupo dos cestos.

(23) Lévi-Strauss, C., "O Pensamento Selvagem", 1970.

(24) Narrativa pelo índio Joaquim José da Silva, Pankarú.

(25) Pinto (1952: 300) informa que os umbus eram coletados no mato por "algumas virgens" durante a madrugada. Houve mudança, portanto.

“Juntam-se os índios participantes da festa, pintados e vestidos de “Boá”, e o pajé, com esse grupo, benze, à maneira indígena, todos os balaio. Depois, vendem os balaio enfeitados a quem quiser comprar, seja índio ou não (26). Os balaio são vendidos, mas permanecem guardados, só podendo ser vistos pelos que fazem parte do grupo dos cestos (ou balaio).

“Para cada balaio há um padrinho e uma madrinha. Qualquer pessoa só pode comprar balaio se participar da festa, dançando, também. E só recebe o balaio depois da dança. Se não dançar perde o balaio e outra pessoa dançará no seu lugar e ficará com o balaio.

“O dançador tem que ser pintado, sem camisa, com giz ou “toá”, um pó de pedra arranjado na serra da reserva, que misturado com um líquido, que faz segurar na pele.

“Ao começar a festa, retira-se 1.200 kg de rama de uma erva chamada “cansansão” e faz-se um pacote com um diâmetro de 2 polegadas e uma ramagem com o comprimento de 1.20 m, que dá para um homem abarcar bem com sua mão direita.

“Na dança o homem leva na mão direita o ramo de “cansansão” e, na esquerda, a madrinha do cesto. Esta também está pintada. A pintura representa a festa em realização. O “cansansão” provoca uma reação alérgica ao contato com a pele: quando bate, cria caroço logo na hora.

“Então vai começar a dança e só dançam os casais de padrinhos. Se eu compro um cesto, mesmo não sendo índio, sou padrinho do cesto. Os casais de padrinhos trazem os cestos, um casal atrás do outro, e colocam os cestos no chão, em torno do terreiro onde se vai dançar. Podem ser de 8 a 10 cestos. Então, são de 8 a 10 casais de padrinhos. Dançam durante três fins de semana. Começa sábado de noite e vai até o domingo todo.

“O ritmo é marcado pelo canto de um homem ou uma mulher, que toca um maracá. Pode ser o cacique. Mas sempre tem uma mulher que canta, é a “mãe do terreiro” acompanhada pelo cacique soprando no “cabo de tatu”, um instrumento musical feito da casca do rabo do tatu. A “mãe do terreiro” dirige o terreiro durante toda a festa. O cacique e o pajé dirigem o “poró”, lugar fechado, fora de casa, é feito de madeira para que as pessoas de fora não vejam o que se passa dentro.

“Durante a dança, a madrinha fica segurando no braço esquerdo do padrinho e os casais de padrinhos vão dançando no terreiro, os homens procurando bater com o ramo de “cansansão” nos outros casais de padrinhos, cabendo aos padrinhos defenderem as madrinhas, que são seus pares. A defesa é feita com o próprio ramo de “cansansão”. O padrinho que não aguenta, sai e perde o cesto”.

(26) O narrador explicou que o preço do cesto varia de acordo com o valor dos “enfeites”, ou seja, dos objetos que enfeitam o cesto.

## Um Mito Pankarú

“Em segundo lugar, deve-se considerar que os argumentos Tukúna, se bem que sejam sobrenaturais, nem por isso deixam de ser lógicos”. (Oliveira, R.C. de, “Enigmas e Soluções”, 1983: 89).

### A origem dos “encantados”

“Os Praiá foram primeiro à cachoeira de Paulo Afonso, mas esta já estava ocupada. Então, vieram a Itaparica. Era uma época de seca, com falta de alimentos e de fumo. Então, eles resolveram se encantar. Às vezes se ouve os barulhos de seus cantos e suas danças na cachoeira” (27).

“Quand on défriche la forêt vierge, les hommes choisissent un arbre géant parmi ceux de la parcelle à cultiver et ils en ornent le tronc de plantes magiques, de colliers de cauries, de plumes noires d'oiseau de paradis, les mêmes que celles que portent les jeunes initiés du troisième état, les *tchouwanié*.

L'arbre est ensuite attaqué à la hache par deux hommes, pendant que tous ceux qui coopèrent au défrichage attendent, un bâton orné de feuilles magiques à la main. Lorsque le géant vacille et entame sa chute, ils poussent de grands cris tout en jetant leurs bâtons vers l'arbre qui s'effondre” (Godelier, M., “La Production des Grands Hommes” 1982: 41).

*Aí, os Praiás chegaram com muita força o chad, que a terra se a-liviu, formando a cachoeira de Itaparica, onde eles ficaram morando.*

(27) Narrado pelo Pankarú Adeimar Fernandes Barbosa.



Três gerações de uma família Pankarú. Notar as duas estudantes da escola local.

Foto do autor



Cerâmica Pankarú abandonada, no terreiro, ao lado da casa do "cacique", ponto de reunião do Conselho dos Velhos pais de Praiás.

Foto do autor

## BIBLIOGRAFIA:

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto — "O Índio e o Mundo dos Brancos", Dif. Européia do Livro, S. Paulo, 1964; — "Enigmas e Soluções", Tempos Brasileiros — Ed. Univ. Fed. do Ceará, Rio de Janeiro — Fortaleza, 1983.
- Constituição da República Federativa do Brasil — Emenda Constitucional nº 1/1969.
- ESTEVÃO, Carlos — "O Ossuário da "Gruta-do-Padre", em Itaparica, e Algumas Notícias Sobre Remanescentes Indígenas do Nordeste", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943.
- GODELIER, Maurice — "La Production des Grands Hommes", Fayard, Paris, 1982.
- LÉVI-STRAUSS, Claude — "O Pensamento Selvagem", Cia. Ed. Nacional — Ed. da USP, São Paulo, 1979.
- PINTO, Estevão — "As Máscaras-de-Dansa dos Pankararu de Tacaratu (Remanescentes Indígenas dos Sertões de Pernambuco)", Journal de la Societé des Américanistes, N.S., Tome XLI, Paris, 1952.
- RIBEIRO, Darcy — "Culturas e Línguas Indígenas do Brasil", in Educação e Ciências Sociais, Vol. 2, nº 6, Rio de Janeiro, 1957.
- SAMPAIO SILVA, Orlando — "A Última Dimensão Indígena dos Pankararú de Itaparica, Pernambuco", in Anais do Museu de Antropologia da UFSC, Nº 11, Univ. Fed. de Sta. Catarina, Florianópolis, 1978.
- "O Índio Perante o Direito", in "O Índio Perante o Direito (Ensaíos)", Sílvio Coelho dos Santos (organizador), Ed. da Univ. Fed. de Sta. Catarina, Florianópolis, 1982.
- Estatuto do índio — Lei nº 6.001 — de 19 de dezembro de 1973.